

ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE A QUESTÃO DO DESEMPREGO NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

MARIA DE FÁTIMA GARCIA¹
RENATO PAULINO PINTO²

Resumo

O presente artigo faz uma discussão reflexiva sobre a questão do desemprego, enquanto manifestação concreta das crises do capitalismo contemporâneo, buscando-se as articulações entre as taxas de desemprego, o crescimento econômico e a produtividade nos países desenvolvidos e no Brasil. Parte-se do suposto de que o desemprego, enquanto manifestação concreta das crises afeta todos os países capitalistas, independentemente dos marcos regulatórios ou do progresso técnico prevalentes. A ênfase analítica recai sobre as taxas de desemprego, crescimento do PIB e da produtividade, buscando-se similitudes e diferenças em seus comportamentos para os países centrais bem como para o Brasil nos últimos 20 anos. Os resultados da análise sugerem que a relação entre crescimento econômico, produtividade e emprego não se dá de maneira uniforme para os países capitalistas, mas depende das condições históricas de cada um. O mesmo pode ser dito para o caso brasileiro. Esta relação precisa ser relativizada, portanto.

Palavras chave: Capitalismo Contemporâneo, Desemprego, Crescimento Econômico, Produtividade, Brasil, Países Centrais.

Abstract

The article undertakes a reflexive discussion about the questions of unemployment as a concrete manifestation of contemporary capitalism crisis. It is aimed the articulations between unemployment rate and the productivity and economic growth

in developed countries and Brasil. The starting point is the simple recognition that at any given time unemployment attains all the capitalist countries, on spite legislation inherent on labour market and technological progress. Analytical emphasis rely on the rates of unemployment, economic growth and the productivity, aiming similarities and differences on the their conducts in rich countries and Brasil, during the old 20 years. The results of analyses suggest that the relationships between unemployment and growth economic and productivity has not been at same manner. It depends on the historical conditions inherent at each one. The same result is observed for the Brazilian case. Thus this relationships needs to be qualified.

Key words: Contemporary Capitalism, Unemployment, Economic Growth, Brasil, Rich Countries.

Introdução³

A aceleração das taxas de desemprego em todo o mundo capitalista constitui uma questão crucial na atualidade sendo objeto de inúmeros estudos onde se encontram causas variadas para este problema. Dentre estas se destacam a rigidez dos mercados de trabalho, a inovação tecnológica, e o baixo crescimento das economias capitalistas.

Quanto aos marcos regulatórios, Pastore (1997) argumenta que estes

conferem rigidez aos mercados de trabalho, o que contribui para o persistente e crescente desemprego de mão-de-obra. No entender deste autor, a flexibilização das leis trabalhistas estimularia as empresas a empregarem mais, amenizando, ou mesmo, resolvendo o problema do desemprego crescente. Em suas palavras,

Os países da Europa possuem leis e contratos coletivos que dificultam as demissões enquanto os Estados Unidos possuem regras que deixam livre o ato de demitir - exceto para 15% da força de trabalho que está sujeita à contratação coletiva e para os funcionários públicos que seguem leis estaduais. Na Europa, o desemprego está na casa dos 11%, enquanto nos Estados Unidos é de apenas 5,5%. (PASTORE, 1997:50).

Numa perspectiva oposta, Pochmann (1998) sustenta que a geração de ocupações nas economias capitalistas resultante da referida flexibilização é insignificante, como pode ser observado pelas crescentes taxas de desemprego enfrentadas por todos os países avançados, mesmo aqueles onde predomina a flexibilidade nas relações de trabalho, desde a década de 1970.

No que se refere à inovação tecnológica, Gorz (1989) atribui a esta a responsabilidade pelo desemprego no mundo capitalista. No seu entender, o desemprego causado pela incorporação de novas tecnolo-

¹ Doutora em Economia do Trabalho / UFPE. Professora Associada da Universidade Estadual de Maringá: mfgarcia@uem.br

² Mestre em Economia. Professor da Universidade Estadual de Maringá.

³ Os autores agradecem o estímulo e a valiosa contribuição do Professor Frederico Jayme Katz quando da elaboração deste artigo, no entanto assumem as limitações e imprecisões que persistiram.

gias no processo produtivo – especialmente as de base microeletrônicas, como automação de escritórios, robótica, automação comercial e bancária – parece ser estrutural e irreversível.

Com efeito, o aumento da produtividade resultante da tecnologia elimina definitivamente postos de trabalho. Mas esta relação precisa ser mais bem qualificada, na medida em que não se sustenta para todas as situações. Em nível macroeconômico, por exemplo, sua ocorrência depende do contexto histórico em que se insere a inovação tecnológica.

Segundo Mattoso (1998), o objetivo da introdução das novas tecnologias consiste no aumento da produtividade reduzindo o trabalho vivo, incorporado à produção, sendo resultado da concorrência entre capitais. Quando avaliado apenas do ponto de vista de uma empresa, setor ou região, tais inovações transformam-se em causa de desemprego e da precarização dos empregos remanescentes. Os argumentos apresentados, no entanto, dão conta de que os exemplos microeconômicos de destruição de empregos não refletem o que ocorre no plano macroeconômico. Assim,

(...) a elevação da produtividade, ao mesmo tempo em que destrói produtos, empresas, atividades econômicas e empregos, também criam novos produtos, empresas, empregos, até mesmo novos setores ou atividades econômicas. (...) Sabemos bem que em comparação ao início do século, temos hoje bem menos condutores de diligências e carroças, embora muito mais condutores de ônibus, de caminhões e de táxis, ou pilotos de aviões. (MATTOSO, 1998:65).

Desta perspectiva, Salm (1995) argumenta que a avaliação não pode se dar apenas no âmbito de uma empresa ou setor. No seu entender, empresas que fazem uso de alta tecnologia têm conseguido melhores resultados, do ponto de vista do emprego, do que empresas que não o fazem, o que torna sem fundamento a inovação tecnológica como uma das causas do desemprego.

Tanto Pochmann (1998) quanto Mattoso (1998) e Salm (1995) têm por

base os fatos da realidade quando discordam das posições acima sobre as causas do desemprego no capitalismo contemporâneo. Realidade consubstanciada numa crise do mundo capitalista de produção que perpassa todos os países, ricos e pobres, e que se materializa no desemprego crescente da mão-de-obra, a despeito dos marcos regulatórios dos mercados de trabalho, ou das inovações tecnológicas prevalentes nessas economias.

As causas do desemprego não se encontram no âmbito dos mercados de trabalho ou dos processos tecnológicos, mas no âmbito mais geral do capital. É o capital, enquanto relação social de produção, que está em crise e que se expressa no baixo nível de crescimento das economias capitalistas e no concomitante desemprego crescente da mão-de-obra. Quando Bihl (1998) analisa a crise do capitalismo contemporâneo à luz do materialismo histórico de Marx, chama a atenção para o fato de que a partir da segunda metade da década de 1960 esta crise introjeta

(...) os elementos de uma enorme crise de valorização do capital que se acumulam em todos os países desenvolvidos. (...) durante uma primeira fase, essa crise continua latente. Sob a aparência da continuidade do ‘crescimento’, alguns sinais permitem supor, no entanto, a involução do regime de acumulação. (BIHR, 1998:74)

Para este autor, à referida crise de valorização seguiu-se uma crise de realização potencial. O problema surge com as alternativas de soluções apontadas e postas em prática, todas voltadas para um resgate dos preceitos liberais, em oposição aos preceitos então em vigor.

Esta crise de superprodução surge da impossibilidade de se vender toda a produção gerada e se realiza no capitalismo através da contradição produção-consumo. Em algum momento, essa contradição vai explicitar-se tornando invendável parcela da produção gerada, formando estoques e demitindo trabalhadores. Desse modo o problema do desemprego não pode ser considerado um fato novo, pois provem do desenvol-

vimento das forças produtivas, já existindo desde os primórdios do capitalismo, em maior ou menor intensidade.

Mais especificamente, o problema do desemprego enfrentado pelo capitalismo contemporâneo reflete o fato de que, nas últimas décadas, as economias capitalistas não têm conseguido reproduzir as altas taxas de crescimento observadas no período do Pós – Segunda Guerra. Bihl (1998) argumenta que esta crise, intrínseca ao capitalismo, explicitou-se concretamente, em meados da década de 1960, na medida em que, com a queda na taxa de lucro dos países desenvolvidos, estes já não conseguiram manter o crescimento sustentado dos níveis de atividade econômica, a exemplo do que se observa no período do imediato Pós Segunda Guerra. Ou seja, a crise vivenciada pelo capitalismo na contemporaneidade revelou-se

(...) uma crise estrutural: duradoura (suas premissas remontam a meados da década de 1960), global (ela põe em jogo o conjunto de instâncias do modo de produção), e de solução essencialmente incerta (...) No entanto, visto que o capital é uma relação social contraditória, uma crise como essa só pode ser simultaneamente crise desse pólo antagonista do capital, que é o proletariado e, portanto crise do movimento operário. (BIHR, 1998:67).

Quando se trata do mundo capitalista como um todo Salm (1995) afirma que é justamente nas regiões do mundo onde registram-se os maiores indicadores de crescimento – tanto da produtividade como da economia – que se observam os maiores níveis de emprego. Desse modo, o crescimento econômico é condição necessária, mas não suficiente para resolver o problema do desemprego crescente na contemporaneidade. É preciso considerar em que circunstâncias este crescimento está se dando.

Neste sentido, nos países desenvolvidos onde já se alcançou um nível tecnológico avançado, a relação entre crescimento e emprego precisa ser construída. É preciso criar mecanismos adicionais para que se concretize. Nas demais economias, ao contrário, as possibilidades do cres-

cimento econômico trazer consigo o emprego são bem mais evidentes uma vez que o efeito multiplicador dos investimentos, independentemente de sua natureza, tende a ser significativamente maior. Em outras palavras, se de um lado, os fatos da realidade autorizam a afirmação de que o baixo crescimento econômico e o desemprego são faces de um mesmo processo, de outro lado,

A retomada do crescimento econômico sustentado é sem dúvida condição necessária, porém não suficiente para o pleno emprego [...] Quando as taxas de crescimento do produto são muito baixas, por exemplo, a taxa de desemprego tende a crescer. Já nos períodos de redução do nível de atividade econômica, quando a taxa de desemprego tende a ser mais elevada e há grande subutilização do trabalho, apenas o aumento da demanda agregada mostra-se efetivamente positivo à elevação do volume geral de emprego e renda. (POCHMANN, 1998: 222-27).

Portanto, é lícito afirmar que nas economias avançadas a redução do desemprego exige que a retomada do crescimento econômico ocorra segundo taxas bastante elevadas enquanto nas demais economias, como a brasileira, uma taxa de crescimento mais modesta pode ter um efeito mais significativo sobre a redução deste indicador. Não há garantias de aumento do emprego ou de uma desaceleração significativa das taxas de desemprego, a partir da retomada do crescimento econômico. Isto vai depender das condições sociais, políticas e econômicas em que esta retomada se dá. (MARQUES, 1998; POCHMANN, 1998).

Outro aspecto fundamental que permeia essa relação crescimento econômico e emprego diz respeito ao nível de produtividade que resulta da introdução de inovações tecnológicas. Isto porque,

[...] quando a taxa de crescimento da economia não é suficiente para absorver os ganhos de produtividade, a quantidade de trabalho recua, seja porque o emprego diminui, seja porque se reduziu a duração do trabalho – medida semanal, mensal ou anualmente – ou os dois. (MATTOSE, 1998:65)

Ocorre que estas três variáveis: crescimento econômico, produtividade e emprego relacionam-se, em nível teórico, através da seguinte expressão: Produtividade = (PIB/ Emprego). Em termos das taxas de crescimento, tem-se a seguinte relação: Taxa de crescimento da produtividade = taxa de crescimento do PIB vezes o inverso da taxa de crescimento do emprego. Trata-se de uma relação teórica, definicional, fixa, precisa e permanente, de modo que a citação acima dá conta de apenas uma das possibilidades. O Quadro 1, (de setas) contempla as demais.

Quadro 1:
Comportamento do PIB, desemprego e Produtividade

| PIB | Produtividade | Desemprego |
|-----|-------------------|------------|
| ↑ | ↓ | ↓ |
| ↓ | ↑ | ↑ |
| ↑ | ↑ menos que o PIB | ↓ |
| ↓ | ↓ mais que o PIB | ↓ |
| ↑ | ↑ mais que o PIB | ↑ |
| ↓ | ↓ menos que o PIB | ↑ |

Fonte: Elaboração própria.

Partindo da compreensão de que, em primeiro lugar, o desemprego, enquanto manifestação concreta das crises, afeta todos os países capitalistas, independentemente dos marcos regulatórios ou do progresso técnico prevalentes e, em segundo lugar, que o modo como crescimento econômico, produtividade e emprego se relacionam depende das condições específicas de cada economia, o presente estudo aborda a questão do desemprego crescente nas economias capitalistas, enfatizando-se o modo como as taxas de desemprego encontram-se articuladas com outras categorias, tais como a produtividade e o nível da atividade econômica, tomando-se como exemplo os países desenvolvidos e o Brasil.

Especificamente, busca-se analisar o comportamento dos níveis da atividade econômica vis-à-vis o comportamento das taxas de desemprego nas economias avançadas, buscando evidências acerca da di-

reção e do grau em que estas magnitudes estão relacionadas, considerando-se o período 1980/2002.

A ênfase aqui recai sobre as taxas de crescimento do PIB, da formação bruta de capital fixo, e da produtividade, buscando similitudes e diferenças de seus comportamentos em relação ao comportamento das taxas de desemprego aberto nessas economias. Busca-se, ainda, direcionar a análise para o caso brasileiro considerando-se o referido período.

Os dados foram obtidos no Banco Mundial, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Organização Internacional do Trabalho (OIT), Fundo Monetário Internacional (FMI) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Além desta introdução, este artigo comporta três seções. Na primeira, trata-se de analisar o modo como as taxas de crescimento econômico, produtividade e desemprego nos países centrais encontram-se articuladas, tomando-se como fio condutor a relação teórica sintetizada no conteúdo do Quadro 1. Na segunda seção, a análise volta-se para o caso brasileiro, buscando-se apreender a natureza da inserção da economia brasileira no capitalismo global, bem como as similitudes e diferenças no modo com as referidas taxas de desemprego, crescimento econômico e produtividade apresentam-se, vis-à-vis seus comportamentos nos demais países selecionados para o estudo. Na terceira seção algumas conclusões são sugeridas.

Crescimento econômico, produtividade e emprego no capitalismo contemporâneo

Nesta seção, analisa-se o comportamento dos principais indicadores da atividade econômica e suas articulações com a taxa de desemprego aberto para os Estados Unidos, Japão, Alemanha e demais países da OCDE, buscando-se apreender as simetrias e assimetrias internas entre estes indicadores, considerando-se o período 1980-2002.

Uma primeira aproximação à análise consiste na determinação das Inter-relações entre os compor-

tamentos dos PIB, da produtividade e do desemprego, considerando-se o seguinte critério: quando o aumento do PIB é mais que proporcional ao aumento da produtividade o desemprego cai. Do mesmo modo, quando o aumento do PIB é inferior ao da produtividade, o desemprego aumenta. No Quadro 1, encontram-se dispostas todas as possíveis relações permeadas por este critério.

A evolução destes indicadores, para os Estados Unidos, mostra que o desemprego caiu na década de 1990. Esta queda é acompanhada por uma evolução no nível de atividade econômica, medida pelo PIB deste país, que cresceu na última década analisada. A produtividade também apresentou uma tendência de alta. Neste sentido tem-se uma relação direta entre estes indicadores. Quando a taxa de variação do PIB é maior que a da produtividade o que se percebe é um impacto positivo no nível de emprego. Ver a Figura 1.

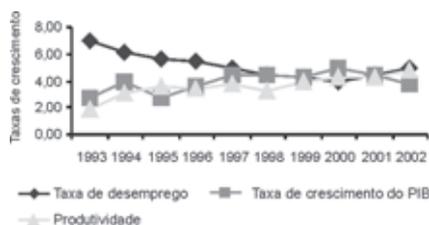


Figura 1: Taxas de desemprego, % À PIB e Produtividade. EUA 1993-2002. 1980=100

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do World Bank, Development Indicators. January, 2003.

No que se refere ao Japão observa-se, no período sob exame, uma significativa redução da produtividade na taxa de crescimento do PIB e aumento na taxa de desemprego. Conforme se observa na tabela 1, na década de 1980, este país exibiu uma taxa de crescimento anual de produtividade próxima daquela observada nos EUA, mas na década de 1990 observam-se mudanças importantes nesta situação. A produtividade de economia americana cresceu enquanto a japonesa caiu. O PIB deste país também apresentou uma queda abrupta no período, resultando em uma tendência crescente da taxa de desemprego. Ver a Figura 2.

Tabela 1: Taxa geométrica média de crescimento anual – Períodos 1983/92 e 1993/02 - Países Selecionados

| | 1983/1992 | 1993/2002 |
|----------|-----------|-----------|
| OCDE | 3,00 | 3,40 |
| Japão | 2,90 | 2,10 |
| EUA | 3,90 | 5,00 |
| Alemanha | 4,00 | 3,30 |
| Brasil | 2,00 | 6,80 |

Fonte: Fundo Monetário Internacional (FMI).

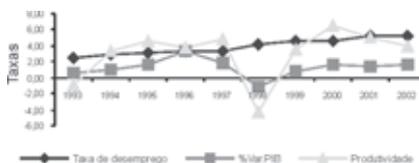


Figura 2: Taxas de desemprego, % À PIB e Produtividade – 1993-2002 – Japão: 1980=100

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do World Bank, Development Indicators. January, 2003.

Por outro lado, em 1980, o comportamento dos indicadores é o oposto do apresentado na década seguinte. Ou seja, inicialmente tem-se o crescimento do PIB à frente do crescimento da produtividade, enquanto a taxa de desemprego permanece baixa. Em seguida, verifica-se a reversão no comportamento desses indicadores, com o PIB passando a apresentar um crescimento insignificante, abaixo da produtividade enquanto a taxa de desemprego se acelera.

Quanto à Alemanha, seus indicadores apresentam uma acentuação nas posições relativas observadas da década de 1980, ou seja, enquanto a taxa de crescimento do PIB cai para menos da metade da taxa observada na década anterior, o crescimento da produtividade aumen-

QUADRO 2 : Índice de confirmação da relação de comportamento entre PIB Produtividade e Desemprego nos países selecionados – Período 1993/2002

| Países | Anos de confirmação | Scores | Anos de negação | Scores |
|----------|---|--------|--------------------------|--------|
| EUA | 1994 1996 1997 1998 1999 2000 2001 2002 | 8 | 1995 | 1 |
| Japão | 1994 1995 1996 1997 1999 2000 2001 | 7 | 1998 2002 | 2 |
| Alemanha | 1994, 1996, 1997, 1998, 1999, 2003 | 6 | 1995 2000 2001 | 3 |
| OCDE | 1998, 2000, 2001, 2002 | 4 | 1994 1995 1996 1997 1999 | 5 |

Fonte: Elaboração própria.

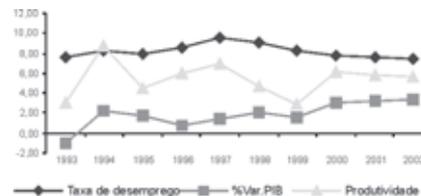


Figura 3: Taxas de desemprego, % À PIB e da Produtividade – 1993-2002- Alemanha. 1980 = 100

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do World Bank, Development Indicators. January, 2003.

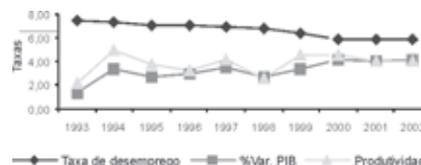


Figura 4: Taxas de desemprego, % À PIB e Produtividade –1993-2002 OCDE. 1980=100

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do World Bank, Development Indicators. January, 2003

tou. Em contrapartida, a taxa de desemprego acentuou-se, saltando de 7, % ao ano na década de 1980, para o patamar de 8% na década seguinte. (Ver Figura 3). Fenômeno semelhante observa-se para os demais países da OCDE, tomados conjuntamente. Ver Figura 4.

O Quadro 2 apresenta uma síntese do comportamento entre as referidas variáveis no período considerado para a análise. Levou-se em consideração que, se no ano de 1994, por exemplo, houve um aumento no PIB, queda da produtividade e diminuição do desemprego, aquele ano seguiu o critério do Quadro I e entra como ponto positivo. Caso contrário, se o desemprego aumentou, o critério não se verificou e, portanto entra como ponto negativo.

Os dados para os Estados Unidos, a Alemanha e o Japão confirmam que a relação entre estas três variáveis tem o comportamento mencionado, o que não acontece com os países membros da OCDE, que possuem especificidades próprias, o que dificulta sua análise em bloco. Um dos fatores responsáveis pelo aumento no PIB dos EUA foi o investimento produtivo crescente, exibindo taxas de crescimento maiores na década de 1990 em comparação com as taxas observadas na década de 1980⁴.

O comportamento do investimento produtivo representado pela formação bruta de capital fixo para os países selecionados, Alemanha, Japão, OCDE e EUA, encontra-se na Figura 5, bem como na tabela 2.

Tabela 2: Taxa geométrica média de crescimento anual – Países selecionados. Períodos 1983/92 e 1993/00

| | 1983/1992 | 1993 / 2000 |
|----------|-----------|-------------|
| OCDE | 4,90 | 4,60 |
| EUA | 3,90 | 7,10 |
| Japão | 5,10 | -0,10 |
| Alemanha | 3,70 | 1,20 |

Fonte: Fundo Monetário Internacional. FMI

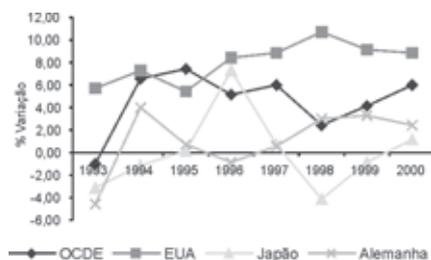


Figura 5: % do acréscimo da FBCF – 1993-2000 – Países Selecionados – 1980=100

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do FMI/Direction of Trade Statistics Yearbook. July 2002.

De acordo com este, os EUA mantiveram um alto nível de investimento durante toda a década de 1990, 10%^{aa}, relativamente à década anterior, quando os investimentos cresceram entre 3 e 4%^{aa}. Nos demais países, ao contrário, observa-se queda nos investimentos ao longo dos últimos 20 anos. Entre 1995 e 1996 o Japão conseguiu ta-

xas positivas de investimento, e nos anos consecutivos apresentou taxas negativas. Já a Alemanha, apresentou crescimento positivo neste indicador, porém com valores menores do que o alcançado na década de 1980. Em outras palavras, os EUA não deixaram de investir em formação bruta de capital fixo – ou seja, investimento produtivo – garantindo o crescimento de sua atividade econômica, o que não aconteceu com os outros países os quais experimentaram queda de produtividade e do PIB.

Esta afirmação pode ser constatada, empiricamente, a partir das taxas de variação do PIB, da produtividade e do desemprego para os países capitalistas, como revelam os dados das Figuras de 1 a 4 já apresentadas. De modo geral, os dados demonstram que o pior ano para as economias desenvolvidas foi o de 1993, quando a Alemanha apresenta taxa de variação negativa no seu PIB e o Japão exibiu uma variação muito pequena. Tal comportamento da economia mundial logo foi superado e, nos anos posteriores, os países conseguiram reverter esta situação apresentando taxas positivas de crescimento, ainda que relativamente baixas quando comparadas com o período da Segunda Pós-Guerra e a década de 1980 (TAVARES, 1993). Não obstante, a produção industrial destes países manteve a tendência de crescimento, conforme se pode observar na Figura 6. De acordo com esta, no início da década de 1970 a maioria dos países apresentava indicadores de crescimento industrial semelhante, com exceção do Japão, que estava abaixo. No entanto, a partir da década de 1980, este país consegue acompanhar a tendência dos países analisados.

A Alemanha, que no início da década de 1970 possuía um indicador menor que os EUA, conseguiu aumentar sucessivamente sua produção industrial o que possibilitou o país colar no indicador norte-ame-

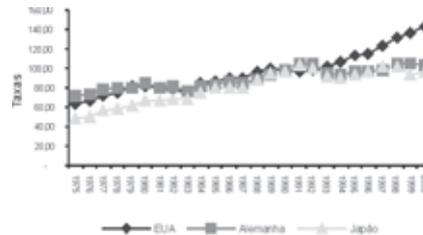


Figura 6: Produção industrial: Alemanha, EUA, Japão. 1975/2000

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do World Bank, Development Indicators, 2001. July, 18 2001

ricano até o final da década de 1990. A maior alavancagem dos EUA, com o restante dos países seguindo sua trajetória histórica, pode ser explicada pelo fato deste país ter aumentado seus investimentos produtivos conforme demonstrado pela sua formação bruta de capital fixo na década de 1990 quando comparada com a de 1980. Ver Figura 5.

Os países membros da OCDE, que até os meados da década de 1980 exibiam uma taxa de desemprego menor que os EUA perderam tal posição na década seguinte. A partir de então, a taxa de desemprego americana apresenta tendência de queda de tal modo que, sucessivamente irá se tornar também menor, quando comparada com as taxas de desemprego da Alemanha e do Japão. Com relação à Alemanha a reversão na posição relativa ocorre no final da década de 1980, enquanto que, com relação ao Japão, isto ocorre ao final dos anos de 1990. Ver Figura 7.

A economia brasileira no contexto da crise das economias capitalistas contemporâneas

Nesta seção, a discussão sobre o crescente desemprego nas economias capitalistas contemporâneas direciona-se para o caso brasileiro, buscando-se apreender as características do desemprego no país e suas articulações com a economia internacional no referido período de análise. Partindo do pressuposto de que a economia brasileira apresenta

⁴ SALM (1995), MATTOSO (1998), POCHMANN (1999) afirmam que o investimento produtivo é capaz de grandes realizações, e uma delas é o aumento ou diminuição do PIB, como os dados têm demonstrado. Neles observa-se que a falta de crescimento econômico está amplamente relacionada com as baixas taxas de crescimento da formação bruta de capital fixo, ou seja, o investimento produtivo, ao não ser realizado, tem como consequência um baixo crescimento do PIB.

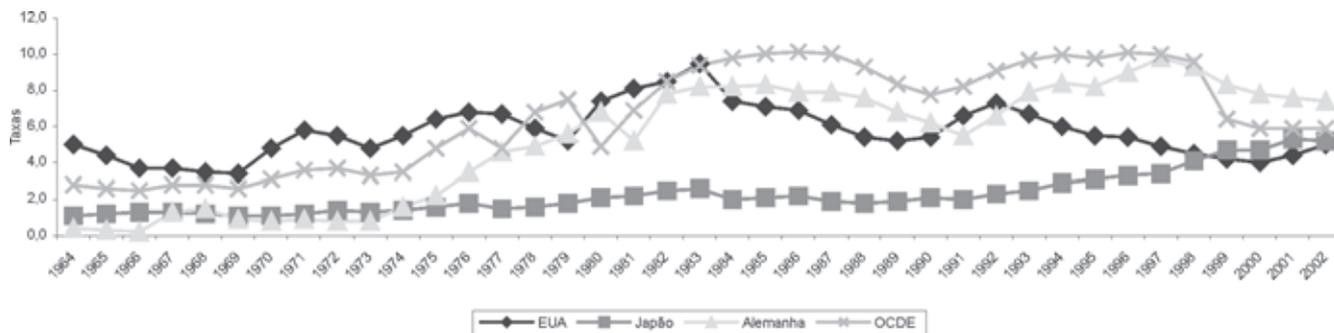


Figura 7 – Taxas de desemprego, EUA, Alemanha, Japão e OCDE- 1964~2002

Fonte: Elaboração própria. Baseada nos dados do *Direction of Trade Statistics Yearbook*. Jan20003

circunstâncias econômicas, sociais e políticas distintas quando se consideram as décadas de 1980 e 1990, isoladamente, estas são tomadas como sub períodos de análise.

Inicialmente trata-se da natureza da inserção da economia brasileira no chamado capitalismo global, a partir da análise do comportamento dos indicadores de evolução do volume de exportações e importações e dos saldos da balança comercial brasileira, bem como do volume de capital de curto prazo - aqui representado pelo Investimento Estrangeiro em Carteira – e as Reservas Internacionais, buscando-se as similitudes e diferenças do comportamento destes indicadores, entre as duas décadas. Em seguida analisam-se as relações entre estes indicadores com o nível de atividade econômica e a taxa de desemprego no país.

Para o Brasil, a crise do mundo capitalista começa a ser sentida de forma mais acentuada no início da década de 1990. Neste período as políticas adotadas para se colocar frente a esta nova ordem econômica mundial fizeram com que o país tivesse uma redução de sua taxa de crescimento econômico, para níveis bem abaixo das conhecidas na década de 1970, época do “milagre” brasileiro, e mesmo se comparadas com as da década de 1980.

Assim como nos países mais desenvolvidos, este patamar baixo de crescimento vem acompanhado de taxas crescentes de desemprego, colocando este problema social como um dos principais a serem resolvidos na atualidade. Com efeito, a ori-

entação de política econômica muda radicalmente a partir de 1990, invertendo-se completamente a lógica embutida nas políticas macroeconômicas adotadas na década anterior. Tal inversão trouxe profundas alterações na estrutura produtiva brasileira, com repercussões importantes no âmbito do mercado de trabalho, em especial na estrutura ocupacional brasileira que se alterou de modo significativo, consolidando-se a tendência à informalidade observada na década anterior. Todas estas alterações, de um modo ou de outro, estão relacionadas com a aceleração das taxas de desemprego aberto da mão-de-obra, em especial a partir de 1994 com a implantação do plano Real.

Crescimento econômico, emprego e produtividade no Brasil nos anos de 1980

A inserção da economia brasileira no chamado capitalismo global vem de muito tempo, mas configurou-se com mais força a partir da política externa dos Estados Unidos para a América Latina implementada ao longo das décadas de 1980 e 1990. A política do dólar forte e da manutenção das taxas de juros elevadas nesse país resultou em recessão na economia brasileira no início dos anos de 1980. Segundo Mattoso & Pochmann (1998), através desta política, os saldos da balança comercial mantiveram-se elevados, devido ao crescimento das exportações e retração nas importações.

A necessidade de obtenção de dólares para o pagamento da dívi-

da externa levou o país a realizar um grande esforço no sentido de conseguir altos *superávits* na década de 1980, em especial a partir de 1983, após a moratória mexicana, quando o crédito, principalmente para os países subdesenvolvidos foi muito reduzido. Apesar do fraco desempenho da atividade econômica durante os anos de 1980, observou-se uma tendência de alta nas exportações e queda nas importações com apenas alguns períodos em que isto não aconteceu, como se verá no início da seção 3.

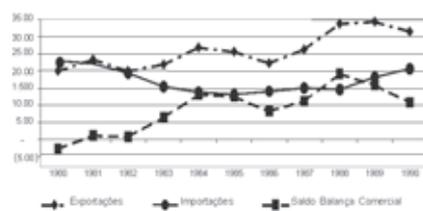


Figura 8: Exportações, Importações e Saldo da Balança Comercial – Brasil – 1980-1990 – (Em \$Bil)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Banco Central do Brasil, Janeiro de 2003.

De fato, no início da referida década o país vinha apresentando taxas de crescimento cada vez menores no seu PIB – culminando em 1983 com um crescimento negativo. Isto se repercutiu em um comportamento de queda tanto das exportações como das importações. Nos dois anos seguintes, 1985 e 1986, bem como no final da década de 1980, ocorre também uma inversão desta tendência de alta nas exportações e conseqüente redução no saldo da

balança comercial. Justamente nestes períodos são implantados planos de estabilização da inflação⁵, com paridade da moeda em relação ao dólar, privilegiando as importações em detrimento das exportações, que logo se recuperavam em virtude de desvalorizações da moeda nacional.

Uma das características deste período consiste no fato de que o país efetuava os pagamentos dos compromissos externos com os dólares conseguidos através do elevado saldo superavitário da balança comercial. Neste sentido, as transações realizadas com capital de curto prazo – aqui representado pelo investimento estrangeiro em carteira no exterior – eram muito baixas, assim como as reservas internacionais.

O comportamento destes dados revela que durante toda a década, o volume de capital de curto prazo utilizado foi muito baixo, chegando a ocorrer saldos negativos de investimento estrangeiro em carteira de 1982 a 1990. Apenas em 1980 e 1981 percebe-se que o investimento estrangeiro em carteira foi positivo no país. Tal comportamento tem suas raízes principalmente na crise mexicana, que fez com que os investimentos de curto prazo – representados pelo referido indicador – não mais viessem para o país, mas também no fato de que naquele momento a economia brasileira estava suprindo suas necessidades de dólares com o forte superávit na balança comercial. Desta forma, as Reservas Internacionais do país não conseguiram espaço para crescer, e os saldos durante toda a década sempre foram baixos quase não se alterando.

Ocorre que, nesse período, a economia brasileira não se encontrava exposta à concorrência externa e isto, aliado ao grande esforço para se aumentarem as exportações, fez com que as taxas de desemprego se mantivessem em patamares aceitáveis, além de apresentar tendência de queda a partir de 1984, refletindo a superação da recessão observada nos três primeiros anos desta década.

O que se quer salientar é o fato de que as políticas macroeconômicas, adotadas internamente ao longo da referida década, refletem a prevalên-

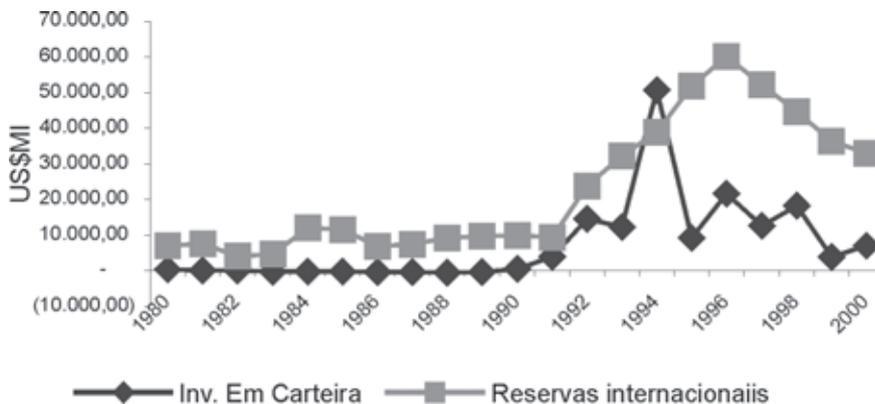


Figura 9: Investimento em Carteira e Reservas internacionais- Brasil. 1980/2000

Elaboração própria. Baseada nos dados do BACEN. Jan/2003

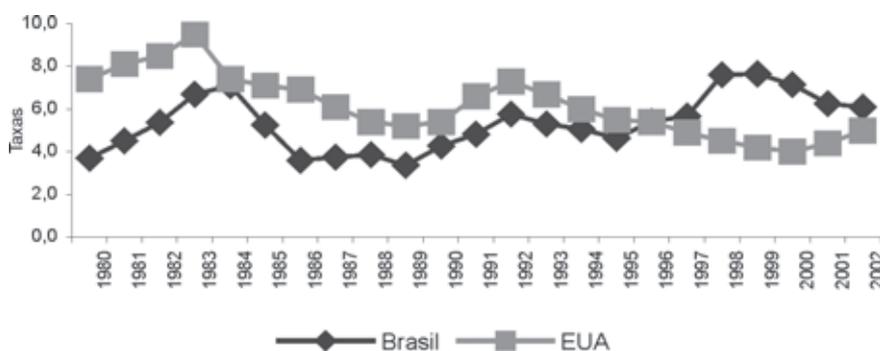


Figura 10: Taxas de desemprego Brasil x EUA – 1980/2000. % da PEA

Fonte: Elaboração própria. Baseado nos dados do FMI/Directin of Trade Statistics Yearbook. Jan/2003

cia da concepção do Estado voltada para os interesses internos e que, de certo modo, conseguiu evitar a deterioração das taxas de desemprego observadas das economias centrais, às voltas com a crise do capitalismo à qual se fez menção anteriormente. Mesmo a política externa dos EUA, visando recuperar sua hegemonia, não logra êxito no referido período.

A Figura 10 apresenta a evolução das taxas de desemprego no Brasil e nos Estados Unidos, para o período 1980/2002. Segundo estes dados, de 1980 até 1997, a taxa de desemprego no Brasil mantém-se em patamares significativamente inferiores quando comparada com a evolução da taxa de desemprego para os EUA. Mas isto não significava que o país estava

imune ao problema do desemprego. No entanto este não se colocava como a questão crucial, de modo que as atenções estavam voltadas para o problema da inflação que no referido período alcançava índices estupendos.

O comportamento da economia brasileira no tocante ao desemprego, PIB e produtividade, neste período, pode ser avaliado na Figura 11, a seguir. Neste, percebe-se que de 1982 a 1983 o PIB brasileiro apresentou uma queda, enquanto a produtividade apresentava uma tendência de alta. A partir de 1983 observa-se um período de recuperação da economia quando a taxa de crescimento do PIB fica em torno de 5,5% em média entre 1984 e 1987, inclu-

⁵ Os planos que antecederam o Real – marcados pelos congelamentos de preços e salários e no combate ao processo inflacionário – foram o Cruzado em 1986, Bresser em 1987, Verão em 1989, Collor I e Collor II. Porém, nenhum conseguiu o êxito almejado.

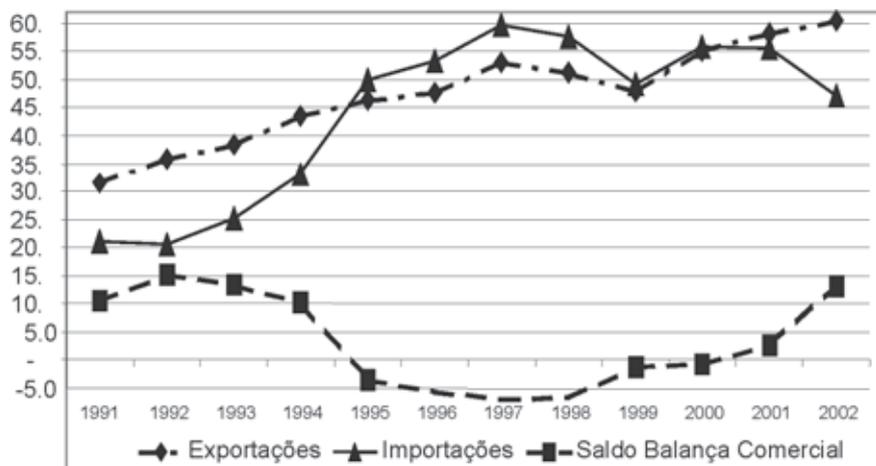


Figura 11: Exportações, Importações e Saldo Da Balança Comercial – Brasil – 1991/2002 (US\$Bi)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Banco Central do Brasil, Janeiro de 2003

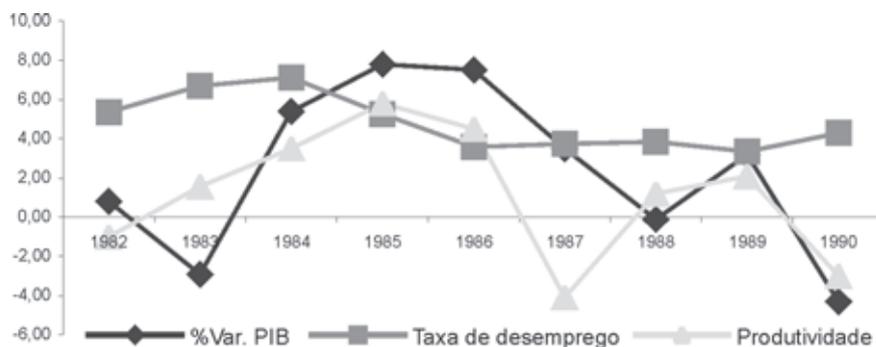


Figura 12: Taxas de crescimento do PIB, desemprego e produtividade. Brasil 1982/1990

Fonte: Elaboração própria. Baseada nos dados do World Bank Indicators. Jan/2003

indo estes anos. Mais especificamente, entre 1985 e 1986 o crescimento se dá a taxas de quase 8%. Aqui se deve observar que também a produtividade está em queda.

Entre 1980 e 1985, verificou-se um aumento na produtividade com a concomitante redução no desemprego, que estava entre 6% e 7% entre 1983 a 1985, baixando para um patamar inferior a 4% de 1986 até 1990. Aqui se observa que quando o crescimento do PIB estava num patamar considerado alto houve uma significativa redução no desemprego, o que não ocorreu quando o país conheceu taxas menores de crescimento. Note-se que, em média, o crescimento da produtividade foi inferior ao crescimento do PIB.

Neste sentido, pode-se dizer que o comportamento da taxa de desemprego na década de 1980 manteve-se estável e com leve tendência de queda. Como observado anteriormente, uma explicação plausível para isto parece ser o fato de que durante os anos de 1980 a política econômica adotada estava voltada para o desenvolvimento da indústria nacional, protegendo-a contra a competição internacional.

A Aceleração das Taxas de Desemprego nos Anos de 1990: os efeitos deletérios de uma inserção passiva.

O final dos anos de 1980, e início dos anos de 1990, foram marcados pela crise dos planos de estabilização adotados visando corrigir os

aumentos descontrolados da inflação. Neste sentido, o principal objetivo perseguido pelo país consistiu na busca de mecanismos para o controle do processo inflacionário a qualquer preço, que foi atingido com a implantação do Plano Real, em 1994. Fundado nas políticas de valorização cambial e nas altas taxas de juros, o Plano Real conseguiu por fim ao processo inflacionário, mas gerou distorções sérias para o equilíbrio das contas externas do país devido ao déficit persistente na balança comercial brasileira.

A abertura da economia brasileira, ensaiada no governo Collor, explicitou-se com força a partir 1994 graças à sobrevalorização da moeda nacional, de modo que o volume de importações dá um salto, ultrapassando as exportações (vide figura 12). Devido a este comportamento, e ao fraco desempenho das exportações, o saldo superavitário de 10 bilhões de dólares em 1994 cai para um déficit de US\$3,47 bilhões no ano imediatamente posterior, exatamente por este maior aumento das importações, que cresceram 143% no período de 1993/1997, (enquanto as exportações avançaram apenas 37,4%), chegando quase a triplicar entre 1992 e 1996, passando de US\$33 Bi para US\$59 Bi respectivamente.

Para fazer frente às suas necessidades de pagamentos externos em dólares, não mais cobertos pelo saldo superavitário da Balança Comercial, o país se viu forçado a recorrer ao capital especulativo internacional de curto prazo, diferentemente do que ocorreu na década anterior. A partir de 1992 o país começa a apresentar uma alta na utilização do investimento em carteira. As cifras que sempre foram negativas na década de 1980 tornaram-se positivas com valores ultrapassando os US\$10 bilhões, com destaque para 1995, quando o valor deste item chega a US\$50 bilhões, ultrapassando o valor das reservas internacionais do país. Pode-se atribuir a esta alta nas importações parcela da culpa pelo aumento do desemprego que nesse período alcançou cifras mais altas e de duração inéditas no país (Figura 9).

Quadro 3: Índice de confirmação da relação de comportamento entre o PIB, a produtividade e o desemprego no Brasil- Período 1982/2002

| Anos de confirmação do critério | Scores | Anos de negação do critério | Scores |
|--|--------|------------------------------------|--------|
| 1982 1984 1985 1987 1988 1989 1990 1991 1992 1996 1999 2000 2002 | 14 | 1983 1986 1994 1995 1997 1999 2002 | 7 |

Fonte: Elaboração própria com base nos dados das figuras 11 e 13.

Segundo Pochmann (1999), foram os setores importadores e os que se utilizam de matéria-prima importada os que mais reduziram seu nível de emprego desde o início do plano. Outro agravante do desemprego no período diz respeito ao fato de que a abertura comercial e a implantação do referido plano de estabilização fizeram com que o país ficasse mais vulnerável a crise do capitalismo global.

Mais especificamente as políticas externas dos EUA vão ser sentidas via aumento do desemprego no Brasil em comparação com aquele país. Segundo a Figura 15, até o início dos anos de 1990 o Brasil possuía taxas de desemprego relativamente baixas e estáveis quando comparadas com os EUA. A partir da abertura comercial imposta ao país e do aumento das importações, este passou a exibir taxas crescentes, enquanto nos EUA acontece o inverso. Desta forma, pode-se imputar parte da culpa do aumento no desemprego a estratégia de retomada de hegemonia norte-americana, bem como ao baixo crescimento da economia no período.

Testando a relação teórica entre crescimento econômico, emprego e produtividade no Brasil no período 1982/2002

Considerando-se o período de referência, 1982/2002, a relação de comportamento entre as taxas de desemprego, de crescimento do PIB e da produtividade, para o Brasil, do mesmo modo que para os demais países analisados, nem sempre segue o critério definido conforme estipulado no Quadro 1. Isto acontece em aproximadamente 30% dos anos da série (Quadro 3). Há que se ressaltar ainda que essas assimetrias ocorrem apenas duas vezes na década de 1980 (1983 e 1986), cinco vezes da década de 1990 e uma vez na década de 2000 (vide figuras 11 e 13).

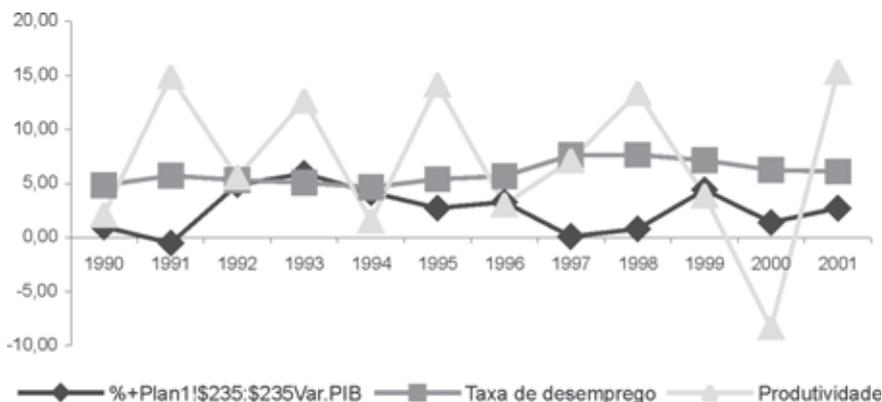


Figura 13: Taxas de crescimento do PIB, desemprego e produtividade. Brasil. 1990/2002

Fonte: Elaboração própria. Baseada nos dados do World Bank Indicators. Jan/2003

Na primeira assimetria, ocorrida em 1983, a produtividade cresce menos que o PIB e mesmo assim o desemprego cresce, embora seja quase imperceptível esse aumento. Em seguida observa-se sua queda, quando o PIB cresce ainda mais acentuadamente que o aumento da produtividade. Isto parece refletir a superação da recessão enfrentada pela economia brasileira nos três primeiros anos da década de 1980. A segunda transgressão corre em 1986, quando a produtividade cai mais que o PIB, enquanto o desemprego cresce quando deveria cair. Isto talvez possa ser explicado pelo fato de tratar-se de um ano de implantação de plano econômico, visando a estabilização dos preços.

Na década de 1990, a primeira assimetria ocorreu em 1994, sendo quase imperceptível, com o desemprego apresentando uma leve queda quando a produtividade cresce mais que o PIB. Em 1995, o desemprego apresenta uma leve alta, quando a produtividade cai mais que o PIB. Deveria ocorrer o contrário. Em 1997, a queda na produtividade seguida do crescimento do PIB, co-

incide com uma elevação da taxa de desemprego quando deveria ocorrer sua queda. Em 1999, esta situação torna-se mais nítida. A explicação para estas assimetrias nas relações em apreço também parece estar associada à implantação de um plano de estabilização, o Plano Real. Mais do que isto, observa-se uma exacerbação paulatina destas assimetrias de 1994 até 1999, quando se torna mais nítida, justamente quando se observa o efeito negativo mais forte da política econômica implantada em 1994. A assimetria ocorrida em 2002 difere das outras, na medida em que se verifica uma queda na taxa de desemprego coincidente com uma elevação na produtividade mais acentuada do que a do PIB. O fato de se tratar de um ano eleitoral talvez explique este comportamento assimétrico das relações referidas.

A análise das referidas figuras 12 e 13 permite afirmar que, do mesmo modo que nas economias avançadas, o país apresenta melhoras no nível de emprego em resposta a um aumento da atividade econômica, na maioria das vezes. Em 1992 houve uma redução na atividade industrial

brasileira, em virtude dos problemas enfrentados no início da década. Só em 1993 o país consegue novamente taxas de crescimento do seu PIB entre 5% e 6% ao ano até 1995. Mesmo a recuperação da atividade econômica não foi suficiente para que houvesse uma recuperação no emprego. Acresce que, no referido período, houve um aumento na produtividade. A partir de 1996 a taxa de crescimento do PIB apresenta uma redução para um patamar de 3%, chegando em 1998 com uma variação positiva de apenas 0,10%. Isto fez com que novamente o nível de desemprego aumentasse de um patamar de 5% para quase 8% até o final da década. Aqui também se verifica um aumento da produtividade. Entre os períodos analisados percebe-se que tanto em um como em outro houve uma retomada do crescimento econômico após períodos de recessão, notadamente entre 1982/1983 e 1991/1992. O nível de recuperação nos períodos foi praticamente o mesmo – em torno de 5% a 6% – após a retomada do crescimento. Além disto, a produtividade aumentou mais no segundo período e por este motivo o que se observa é que a retomada do emprego do início da década de 1980 foi maior que a década de 1990.

Um dos motivos para esta menor recuperação no emprego no fim do século é a reestruturação produtiva que, já em 92, demonstrava nível muito elevado de produtividade em relação a 1984. De acordo com Deddeca (1998), este foi um dos fatores para que o período de recuperação no primeiro caso tivesse gerado mais empregos em comparação com a recuperação da década de 1990, quando pouquíssimas vagas foram criadas.

Para o Brasil, tal reestruturação acabou por trazer conseqüências negativas sob vários aspectos. Em termos de comércio mundial, por exemplo, o país acabou perdendo espaço para outras economias. O nível de atividade econômica reduziu-se tanto na década de 1980 como na de 1990. Segundo Mattoso (1998), a reestruturação dos países capitalistas centrais – principalmente os EUA – na década de 1980, aliada à

abertura comercial descontrolada na década de 1990 teve como impacto tais conseqüências, que de forma direta acabou por trazer o problema da aceleração das taxas de desemprego.

De acordo com Deddeca (1998) o aumento do desemprego da década de 1990, em relação à anterior deve-se ao fato de que a reestruturação ocorrida forçosamente pela abertura comercial do país deu-se no âmbito da melhoria no uso dos fatores e alguma melhoria tecnológica. Com este comportamento, percebe-se que a tecnologia e os processos utilizados para esta reestruturação foram poupadores de mão-de-obra. De qualquer maneira, tomando-se a década de 1990 como um todo, observa-se que o país conviveu com um baixo (ou mesmo negativo) crescimento econômico, comprometendo a geração do emprego formal. Mesmo com a queda na taxa de juros, a partir de 1993, a recuperação no emprego foi muito pequena e gradual, uma vez que o conjunto de combinações entre abertura comercial, estagnação econômica e queda do investimento repercutem negativamente na retomada do emprego. (POCHMANN, 1998).

À guisa de conclusão

A crise dos anos de 1980 atingiu a dinâmica da geração de empregos em todos os países centrais, e a reestruturação da economia norte-americana – com a política do dólar forte e elevação na taxa de juros – inverteu a tendência crescente da taxa de desemprego dos EUA, em detrimento destas taxas nas demais economias centrais, inclusive Japão e Alemanha, que possuíam sólidos fundamentos econômicos.

Os anos noventa não mostraram o mesmo ritmo de crescimento dos chamados “anos dourados”, devido à conjuntura de crise, provocando uma sensível diminuição no nível de emprego. A partir das pressões para liberalização dos mercados internacionais, tal processo sofreu uma alteração e, como se pode observar das análises dos dados apresentados, entre os países desenvolvidos os EUA apresentou taxas médias

anuais de crescimento econômico maiores na década de 1990, relativamente à de 1980, em contraposição a todos os outros países desenvolvidos no mesmo período de análise. Isto parece justificar um crescimento médio menor, nos anos de 1990, para o grupo de países que compõem a OCDE.

Os resultados da análise dão conta de que, nos casos da Alemanha e do Japão, os aumentos insignificantes nos investimentos produtivos resultaram em baixo crescimento econômico e na conseqüente aceleração das taxas de desemprego nesses países. De outra parte, os EUA exibiram crescimento no PIB maior do que o crescimento da produtividade nos anos de 1990, o que levou a uma desaceleração das taxas de desemprego, assumindo uma tendência declinante nesse país.

A relação teórica definicional sintetizada no Quadro 1, também permite a afirmação que, na maioria dos casos, verifica-se uma inter-relação entre crescimento econômico, emprego e produtividade, mas esta relação não se dá de maneira uniforme para os países capitalistas, mas depende das condições específicas de cada país.

Concretamente, é lícito afirmar que quando o crescimento econômico ocorre a uma taxa superior ao do crescimento da produtividade, o nível de emprego tende a acompanhar esse crescimento. Por outro lado, o baixo crescimento econômico resulta na aceleração das taxas de desemprego das economias capitalistas, independentemente dos seus marcos regulatórios e de seus padrões tecnológicos.

Acresce que o critério utilizado no Quadro 1 nem sempre se constitui uma regra e, deste modo, precisa ser relativizado. Por exemplo – como se verifica no Quadro 2 – no caso dos países da OCDE, houve um total de pontos que não confirmam o critério maior do que os que confirmam. Este conjunto de países constitui um bloco e cada país está sujeito a condições diferenciadas, mas no geral não se pode aplicar a idéia variação do crescimento econômico com produtividade menor ou maior com maior

ou menor nível de emprego indistintamente.

No caso do Brasil, o mercado de trabalho também vem passando por profundas transformações, notadamente desde a última década, quando essas mudanças resultaram principalmente da adoção de políticas macroeconômicas voltadas para a inserção do país no capitalismo global. A crescente liberalização comercial, a desregulamentação do setor financeiro e do mercado de trabalho, a reformulação do papel do Estado, a revolução tecnológica e as novas formas de organização da produção surgidas com as grandes empresas transnacionais passam a fazer parte da agenda nacional na década de 1990. As políticas macroeconômicas adotadas a partir de 1994 fundam-se nestas pré-condições e o resultado tem sido altamente danoso para o emprego, com a taxa de desemprego assumindo níveis inéditos.

Acresce que o PIB apresentou uma baixa taxa de variação positiva no período de análise, e a condição necessária e suficiente para que este apresente taxas mais elevadas de crescimento consiste no aumento dos investimentos produtivos e, deste modo, as taxas de desemprego poderão cair, a partir da adoção de políticas macroeconômicas e sociais condizentes.

Referências

BIHR, Alain. *Da Grande Noite à alternativa: O Movimento Operário Europeu em Crise*. 1. ed., São Paulo - SP: Jinkings Editores Associados Ltda, 1998.

DEDECCA, Cláudio Salvadori. *Reestruturação Produtiva e Tendências do Emprego*. IN: Economia & Trabalho. Campinas - SP: Unicamp. IE.1998.

GORZ, André. *Adeus ao Proletariado*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MATTOSO, J. & POCHMANN, M. *Mudanças Estruturais e o Trabalho no Brasil dos Anos 90*. Economia e Sociedade, São Paulo - SP, n° 10, Jun. 1998.

PASTORE, José. *A agonia do Emprego*. São Paulo - SP: Editora LTR, 1997.

POCHMANN, Márcio. *O Trabalho Sob Fogo Cruzado: Exclusão, Desemprego e Precarização no Final do Século*. 1. ed. São Paulo - SP: Contexto, 1999.

Pochmann, Márcio. *Desemprego e Políticas de Emprego: Tendências Internacionais e o Brasil* IN: Economia & Trabalho. Campinas - SP: Unicamp. IE.1998.

POCHMANN, Márcio. *A década dos mitos: O novo modelo econômico e a crise do trabalho no Brasil*. São Paulo - SP: ed.Contexto, 2001.

SALM, Claudio. *Tendências do Mercado de Trabalho*. In: IV ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA. Anais: FEA/USP, Set/1995.

TAVARES, M. da Conceição e FIORI, José L. *Desajuste Global*. 1. ed. Rio de Janeiro - RJ: Paz e Terra, 1983.



**O CURSO DE ECONOMIA DA UNIFACS
OFERECE UM DOS CURRÍCULOS MAIS
MODERNOS DO PAÍS!**

Cursando Economia na UNIFACS você estará se preparando para montar o seu negócio, dirigir empresas e exercer, ainda, outras funções tradicionais dos economistas.

Confira com a coordenação do curso:

Tels: 3273-8557 / 3273-8603

economia@unifacs.br